

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO
COMPANHIA ESTADUAL DE HABITAÇÃO POPULAR
CNPJ/MF Nº 09.111.618/0001-01

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas,
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas, o Balanço Patrimonial Comparativo, a Demonstração de Resultados do Exercício, a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 concomitantemente com as Notas explicativas.

Estamos à disposição de V. S., para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.
No ípice deste exercício social, manifestamos os nossos agradecimentos ao apoio recebidos dos senhores acionistas, da confiança atribuída da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano, do Governo do Estado da Paraíba e a colaboração dos funcionários que muito contribuíram para que os resultados e objetivos fossem alcançados.

A DIRETORIA

BALANÇO PATRIMONIAL		
A T I V O	2019 R\$ 1,00	2018 R\$ 1,00
- CIRCULANTE	11.154.830	10.151.342
CAIXA E BANCOS	32.018	178.420
TÍTULOS, VALORES MOBILIÁRIOS E DEPÓSITOS	7.332.343	6.438.392
PRESTAÇÕES A RECEBER	3.529.684	3.237.435
ESTOQUES	9.730	15.831
DEVEDORES POR VENDAS COMPROMISSADAS	251.055	281.264
- NÃO CIRCULANTE	27.593.954	27.764.559
DEVEDORES POR VENDAS COMPROMISSADAS	25.815.804	25.897.882
DEPOSITOS JUDICIAIS	155.131	212.208
TERRENOS	1.231.611	1.231.611
INVESTIMENTO	2.503	2.503
IMOBILIZADO	388.905	420.355
TOTAL DO ATIVO	38.748.784	37.915.901
P A S S I V O	2019 R\$ 1,00	2018 R\$ 1,00
- CIRCULANTE	8.037.233	4.537.140
FORNECEDORES E PRESTADORES DE SERVIÇOS	345.723	276.839
IMPOSTOS, CONTRIBUIÇÕES E CONSIG. A RECOLHER	266.491	289.883
CRÉDITOS A REPASSAR	4.810.076	1.498.422
VALORES CREDORES TRANSITÓRIOS	2.614.943	2.428.622
EMPRÉSTIMOS DA CEF/F.RETORNO	0	43.374
- NÃO CIRCULANTE	2.633.227	2.245.804
PREMIOS DE SEGURO A PAGAR	49.243	16.412
PROVISÕES	629.771	710.443
ADIANTAMENTOS P/FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	1.954.213	1.518.949
- PATRIMÔNIO LÍQUIDO	28.078.324	31.132.957
CAPITAL SOCIAL	235.681.415	235.681.415
FUNDOS P/APLICAÇÕES ESPECIAIS	52.946	52.946
PREJUÍZOS ACUMULADOS	-207.656.037	-204.601.404
TOTAL DO PASSIVO	38.748.784	37.915.901
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO	2019 R\$ 1,00	2018 R\$ 1,00
RECEITAS DE ATIVIDADES OPERACIONAIS	17.624.929	25.671.282
RECEITAS FINANCEIRAS	119.046	199.994
RECEITAS DE COMERCIALIZAÇÃO	73.575	558.267
RECEITAS NA GESTÃO DE CRÉDITOS	245.124	1.132.221
RECEITAS EXTRAORDINARIAS	17.187.184	23.780.800
DESPESAS DE ATIVIDADES OPERACIONAIS	5.022.201	10.772.626
DESPESAS FINANCEIRAS	11.651	26.814
DESPESAS DE PRODUÇÃO	4.913.438	10.544.971
DESPESAS NA GESTÃO DE CRÉDITOS	97.112	173.841
DESPESAS COM PREMIAÇÕES	0	27.000
LUCRO BRUTO OU PREJUÍZO	12.602.728	14.898.656
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	15.579.787	15.216.300
DESPESAS DE PESSOAL	10.192.490	9.969.942
ENCARGOS SOCIAIS	3.148.335	2.950.595
SERVIÇOS DE TERCEIROS	1.579.936	1.639.372
DESPESAS COM MATERIAIS	332.708	363.705
ENCARGOS DIVERSOS	326.318	293.686
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	77.574	332.238
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL LÍQUIDO	-3.054.633	-649.882
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-3.054.633	-649.882
PREJUÍZO LÍQUIDO POR AÇÃO	-0,012961	-0,002757
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	2019 R\$ 1,00	2018 R\$ 1,00
FLUXOS DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	0	97.663
AJUSTE EXERCÍCIO ANTERIOR	-3.054.633	-649.882
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-3.054.633	-649.882
AJUSTES P/ CONCILIAR O RESULTADO ÀS DISPONIBILIDADES GERADAS PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES	60.413	70.962
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS		
(AUMENTO) REDUÇÃO EM PRESTAÇÕES A RECEBER	-292.249	-430.787
(AUMENTO) REDUÇÃO EM ESTOQUES	6.101	-4.856
(AUMENTO) RED. EM DEV. POR VENDAS COMPROMISSADAS	112.287	204.645
(AUMENTO) REDUÇÃO DEPOSITOS JUDICIAIS	57.077	3.511
(REDUÇÃO) AUMENTO EM FORNECED E PREST DE SERVIÇOS	68.884	-54.866
(REDUÇÃO) AUM. EM IMP., CONTRIB. E CONSIG. A RECOLHER	-23.392	13.435
(REDUÇÃO) AUMENTO EM PRÉMIOS DE SEGUROS A PAGAR	32.831	-83.915
(REDUÇÃO) AUMENTO EM CRÉDITOS A REPASSAR	3.311.654	1.203.587
(REDUÇÃO) AUMENTO EM VAL. CREDORES TRANSITÓRIOS	186.321	102.697
(REDUÇÃO) AUMENTO EM ADIANT. P/ FUT. AUM. DE CAPITAL	435.264	-4.525.867
(REDUÇÃO) AUMENTO EM EMPRÉSTIMO DA CEF/F. RETORNO	-43.374	-931.080
(REDUÇÃO) AUMENTO EM PROVISÕES	-80.672	102.592
CAIXA LÍQUIDO APLICADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS	776.512	-4.882.161
FLUXOS DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
AQUISIÇÃO DE IMOBILIZADO	-28.963	-35.252
CAIXA LÍQUIDO APLICADO EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	-28.963	-35.252
FLUXOS DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
AUMENTO DE CAPITAL	0	6.044.816
CAIXA LÍQ. APLICADO EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	0	6.044.816
AUMENTO (REDUÇÃO) DAS DISPONIBIL. LÍQUIDAS	747.549	1.127.403
MODIFICAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS		
DISPONIBILIDADE NO INÍCIO DO PERÍODO	6.616.812	5.489.409
DISPONIBILIDADE NO FINAL DO PERÍODO	7.364.361	6.616.812
AUMENTO/REDUÇÃO	747.549	1.127.403

COMPANHIA ESTADUAL DE HABITAÇÃO POPULAR CEHAP
CNPJ 09.111.618/0001-01

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

- A CEHAP é uma sociedade anônima de Economia Mista, fundada de acordo com a Lei Estadual nº 3.328, de 04 de junho de 1965 e regulamentada pelo Dec. Nº 4.028/65 e alterada pela Lei Estadual Nº 4.458/83.

- A CEHAP tem por objetivo desenvolver a política estadual de habitação, mediante elaboração, execução e coordenação de estudos, programas e projetos específicos.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com a lei das Sociedades Anônimas, a padronização contábil específica, definida pelo Agente Operador do FGTS e divulgada através da Associação Brasileira de COHAB'S - ABC, as Normas Brasileiras de Contabilidade e demais legislações aplicáveis. As práticas contábeis adotadas no Brasil foram alteradas a partir de 1º de janeiro de 2008.

NOTA 3 - FORMA DE APRESENTAÇÃO

- As Demonstrações Financeiras encontram-se apresentadas pela forma denominada "SOCIETÁRIA".

NOTA 4 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
Ativo circulante

- São demonstrados ao valor de realização, incluídos, quando aplicável, os rendimentos ocorridos.
- a) Aplicações - Valor R\$ **4.000.774,07** em aplicações no mercado aberto.
- b) Poupança - Valor de R\$ **3.331.568,38** aplicado.
- c) Prestações a Receber - Esta conta apresenta um aumento em prestações no valor de R\$ 292.249,20 alta de prestações de programas.
- d) A conta Devedores por vendas Compromissadas houve um redução de R\$ 30.208,92 em relação 2018

Ativo não circulante

- a) A conta DE CONJUNTOS HABITACIONAIS houve um redução de R\$ 82.078,25 em relação 2018.
- b) Imobilizado
Demonstrados ao custo de aquisição, incorporação ou aplicação.
As depreciações foram efetuadas no valor de R\$ 60.413,11.
O Inventário dos bens móveis e imóveis foram contabilizados e tiveram um aumento no valor de R\$ 28.963,00.
Quanto aos terrenos foi criada uma comissão para avaliação dos mesmos.
Os DEPOSITO JUDICIAIS, que representam os bloqueios judiciais terminaram o ano com um valor de R\$ 155.131,46

c) Passivo circulante

- São demonstrados por valores conhecidos ou estimáveis acrescidos, quando existem, dos encargos.
- Maior Controle nas ações judiciais
- Controle de retenções e recolhimentos de impostos e contribuições
- Controle nos seguros e créditos a receber dos mutuários Celso Mariz
- Controle e providencias nos pagamentos de sobras de valores de convênios para construções de casas.

NOTA 5 - ESTOQUES

Material de expediente, Conservação e Alimentação	R\$ 9.730,36	R\$ 15.831,22
Total	R\$ 9.730,36	R\$ 15.831,22

Obs: Avaliados pelo custo médio de aquisição

NOTA 6 - DEVEDORES P/ VENDAS COMPROMISSADAS

- Representa o valor das Unidades Habitacionais comercializadas com os mutuários e correspondentes a créditos da CEHAP para cobertura das empréstimos na fase de retorno.

NOTA 7 - NÃO CIRCULANTE - INVESTIMENTOS

Particip. Por Incent. Fiscais	R\$ 2.503	R\$ 2.503
Total	R\$ 2.503	R\$ 2.503

NOTA 8 - NÃO CIRCULANTE - IMOBILIZADO

	2019 R\$	2018 R\$
Móveis e Utensílios	2.103.652	2.074.689
Veículos	309.977	309.977
Sub Total	2.413.629	2.384.666
(-) Depreciações Acumuladas	(2.024.724)	(1.964.311)
Total	388.905	456.065

	2019 R\$	2018 R\$
Terrenos Dest. a Edificação ou urbanização	370.601	370.601
Terrenos para Comercialização	861.010	861.010
Total	1.231.611	1.231.611

NOTA 09 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

- Representados por empréstimos junto a Caixa Econômica Federal, para financiamentos dos Programas Habitacionais, que não foram incluídos na renegociação da Dívida Ativa com a União Federal, de acordo a Lei Nº 8.727/93.

	2019	2018
Emp. Fase de Retorno - Curto Prazo	R\$ 0,00	R\$ 43.373
Total	R\$ 0,00	R\$ 43.373

NOTA 10 - RESTOS A PAGAR

Os restos a pagar ficaram em R\$ 345.722,96.

NOTA 11- GARANTIAS

* As garantias sobre imóveis negociados pela CEHAP, são de ordem hipotecária com alienação do bem.

NOTA 12- CAPITAL SOCIAL

- O capital é representado por Ações Ordinárias, Nominativas com valor nominal de R\$ 1,00 cada.

	2019	2018
Ações Ordinárias	R\$ 235.681.415	R\$ 235.681.415
Total	R\$ 235.681.415	R\$ 235.681.415

NOTA 13- As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia, que pressupõe que a empresa conseguirá cumprir suas obrigações.

A Administração vem trabalhando de forma significativa no sentido de otimizar sua gestão financeira. Entretanto, um cenário formado por contínuos e reiterados prejuízos, decorrentes da falta de atividade e consequente falta geração de caixa pelas atividades da Cia, na importância de R\$ 3.054.633,09 (Três milhões e cinquenta e quatro mil e seiscentos e trinta e três reais e nove centavos) em 31/12/2019 e de R\$ 207.656.037,54 (duzentos e sete milhões seiscientos e cinquenta e seis mil e trinta e sete reais) acumulado até 31/12/2019, levaram a dissipar quase totalmente o capital social de R\$ 235.681.415 (duzentos e trinta e cinco milhões seiscientos e oitenta e um mil quatrocentos e quinze reais), os quais reduzem o Patrimônio Líquido da Companhia, mesmo levando-se em consideração o aumento de capital efetuado no exercício, de tal modo que os saldos apresentados no Balanço Patrimonial, notadamente, aqueles representativos das diversas provisões e obrigações, podem não ser suficientes para a cobertura das "exigibilidades totais" em caso de uma eventual descontinuidade de suas operações. Salientamos que a Cia tem o suporte do seu acionista majoritário, o Governo do Estado da Paraíba, que intervem periodicamente com aportes para suprir suas necessidades.

A administração afirma que a Cia tem total capacidade em cumprir com as obrigações à medida que vencem, gerando uma expectativa razoável de que a empresa terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível e, portanto, com base no seu julgamento, concluiu que a incerteza remanescente não é material.

Emilia Correia Lima
DIRETORA PRESIDENTE
CPF 218.573.774-0

Luis Rogério Pinho Troccoli
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CPF 602.534.604-68

Claudio Batista dos Santos
DIRETOR TÉCNICO
CPF 052.921.964-60

Raquel Roberto Franco de Almeida
Contadora CRC-PB 007531/O-4.
CPF 040.434.838-64

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES – RAI ACERCA DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31/12/2019

Aos
Acionistas, Diretores e demais Administradores da
COMPANHIA ESTADUAL DE HABITAÇÃO POPULAR DA PARAÍBA – CEHAB/PB
Av. Hilton Souto Maior, 3059 – Bairro Mangabeira, João Pessoa – PB CEP: 58055-018
Telefone: (83) 3213-9191 - Site: www.cephap.pb.gov.br
CNPJ (MF): 09.111.618/0001-01

I - OPINIÃO COM RESSALVA

1.1. Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **COMPANHIA ESTADUAL DE HABITAÇÃO POPULAR DA PARAÍBA – CEHAB/PB** (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para Opinião com Ressalva” as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COMPANHIA ESTADUAL DE HABITAÇÃO POPULAR DA PARAÍBA – CEHAB/PB** em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

II – BASE PARA OPINIÃO COM RESSALVA

2.1) Devedores por Vendas Compromissadas

A rubrica representa os Financiamentos concedidos cujo saldo total é de aproximadamente R\$ 26 milhões, sobre o qual pesam incertezas de liquidez, não reconhecidas em perdas prováveis para retificar o saldo, correspondente ao valor das prestações mensais vencidas e não pagas dos contratos de financiamentos concedidos a mutuários da CEHAP – PB, dos seus encargos acessórios de seguro habitacional e FCVS, tais valores não foram conciliados contabilmente. Os procedimentos para a validação e evidenciamento de retro mencionados saldos não logrou-se êxito pela ausência de controles internos existentes e suficientes para evidenciar com exatidão o saldo supramencionado, os procedimentos alternativos que aplicamos não viabilizaram a validação do mesmo, consequentemente, ficamos impossibilitados de opinar sobre o impacto de eventuais ajustes para o reconhecimento de possíveis perdas, bem como dos consequentes efeitos de contrapartidas de eventuais ajustes em contas de resultado do exercício, ou de resultado de exercícios anteriores e dos reflexos que podem impactar diretamente o Patrimônio Líquido da Companhia.

2.2) Terrenos

O saldo é formado por terrenos registrados com valores históricos bastante antigos, principalmente terrenos da **Companhia**, mantidos para negociação ou futura incorporação, cujos controles internos mantidos no setor de patrimônio são insuficientes e inadequados para sua validação, e não estão alinhados com o ICPC 10 e a NBC TG 28, já que não estão avaliados pelo “método do justo valor” preconizado naquele arcabouço normativo aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. A adoção plena de supracitadas normas, implicará em ajustes contábeis retroativos, cujos valores somente serão conhecidos após o levantamento de “laudos de avaliação” individualizados mas consistentes em critérios e metodologia, na forma da legislação, que levaram em consideração os pré-requisitos de Propriedade, Posse e Potencialidade para a manutenção e continuidade de seu registro contábil, procedimentos esses, que terão reflexos nos saldos dos próprios bens, em contrapartida de contas que poderão impactar diretamente no saldo do patrimônio líquido da Companhia em montante que não conseguimos precisar, impedindo-nos portanto de opinarmos, como de fato não opinamos acerca da exatidão de aludidos saldos.

2.3) Provisão para Contingências Judiciais – NBC TG 25

Foi apresentado o Relatório de qualificação, quantificação e classificação das Contingências Judiciais, composto de ações judiciais em curso, nas quais figura a **Companhia** em polo passivo, cujo montante das causas trabalhistas ultrapassa os R\$ 20 milhões, classificadas como perdas prováveis. Para as execuções fiscais, que somam mais de 100, não foram atribuídas a classificação de perdas. Tal relatório é, portanto, essencial e obrigatório para que a contabilidade proceda ao registro de “Provisões de Passivos Contingentes”. A Companhia não efetuou o provisionamento dos valores para cobertura dos litígios que por ventura lhe afligir, haja vista que os controles existentes não atendem aos critérios definidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, sendo pois insuficientes ou inexistentes, arrolando e classificando as contingências segundo o seu grau de risco e expectativa de um desfecho desfavorável, como: (i) prováveis, para as quais são constituídas provisões; (ii) possíveis, que somente são divulgadas em nota explicativas sem que sejam provisionadas; e (iii) remotas, que não requerem provisão nem divulgação. Isto posto ficamos impossibilitados de opinar, como de fato não opinamos relativo aos Processos Judiciais e de sua contrapartida, assim como seus efeitos em contas de resultado do exercício e consequentemente no Patrimônio Líquido.

2.4) Controle Patrimonial do Imobilizado

Os procedimentos alternativos preconizados na NBC TA 500, apropriados para suprir as evidências de auditoria consideradas na validação destes saldos, tornaram-se impossíveis em função da falta de controles internos agregados ao processo de imobilização, baixa e manutenção de “bens”, carecendo de aprimoramentos vinculados à análise e conciliação sistemática com a contabilidade. A Companhia não efetuou o estudo para reavaliação da vida útil dos bens integrantes do ativo imobilizado para definição das bases de cálculo e das taxas de depreciações, conforme estabelecido através da Resolução nº 1.177/09 do Conselho Federal de Contabilidade, que aprovou a NBC TG 27 (R2) – Ativo Imobilizado, de que trata o CPC 27. A Companhia também não procedeu aos testes de recuperabilidade de seus Imóveis conforme preconizado nos itens 9 e 10 da NBC TG 01 (R2) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, correspondente ao Pronunciamento nº 01 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovado pela Resolução nº 1.292/10 do Conselho Federal de Contabilidade – CFC. Consequentemente, ficamos impossibilitados de opinar sobre a necessidade de eventuais ajustes para o reconhecimento de possíveis perdas decorrentes da aplicação desse procedimento, bem como dos consequentes efeitos sobre os saldos do Ativo Imobilizado, do Patrimônio Líquido e do Resultado do Exercício sob nosso exame.

III – BASE PARA ÊNFASES

3.2) Continuidade Operacional

Sem modificar nossa opinião com ressalvas, enfatizamos para o assunto mencionado na Nota Explicativa nº 13 presentes nas demonstrações contábeis sob nosso exame, foram preparadas pressupondo-se a continuidade normal das atividades da **Companhia**. Entretanto, um cenário formado por contínuos e reiterados prejuízos, decorrentes da deficiência de capital de giro e da elevação da participação de capital de terceiros, vem consumindo o “capital próprio” aumentando recorrentemente a cada ano os prejuízos acumulados até que irá consumir totalmente Patrimônio Líquido.

VI - RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA CORPORATIVA PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

4. Responsabilidade da Administração e da Governança pelas Demonstrações Contábeis

A administração da **Companhia** é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a **Companhia** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a **Companhia** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da **Companhia** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

V – RESPONSABILIDADE DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

5) Responsabilidades do Auditor Independente pela Auditoria das Demonstrações Contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- ✓ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- ✓ Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **Companhia**.
- ✓ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- ✓ Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **Companhia** a não mais se manter em continuidade operacional.
- ✓ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Somos independentes em relação à **Companhia**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

VI – OUTROS ASSUNTOS – RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A administração da **Companhia** é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo considerar se esse quando tomado em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas está, de forma relevante, inconsistente com as precitadas demonstrações ou com o cenário econômico-financeiro observado na auditoria ou, de outra forma aparenta estar distorcido de forma relevante. Se com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Neste sentido nada temos a relatar.

VII – AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentadas exclusivamente para fins de comparabilidade, foram examinadas por outros auditores, cujo Relatório de Auditoria, foi emitido em 23 de abril de 2019, com abstenção de opinião.

João Pessoa/PB, 23 de Abril de 2020

AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC/PE 000150/O-3-RJ - Registro CVM nº12.327

Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira
Contador - CRC/PE 010483/O-9-S*PE
CNAI nº 1592 – Sócio Sênior

Phillipe de Aquino Pereira
Contador - CRC/PE 028157/O-2-S*PE
CNAI nº 4747 – Auditor Sênior

Thomaz de Aquino Pereira
Contador - CRC/PE 021100/O-8-S*PE
CNAI nº 4850 – Auditor Sênior

COMPLEXO EDUCACIONAL DO CARIRI CNPJ 23.466.918/0001-26

O diretor da instituição de Ensino Complexo Educacional do Cariri, situado na rua Joventino Pereira de Almeida, S/N, no Bairro da Bela Vista no Município de Monteiro-PB, credenciado pelo o Processo de Autorização Nº 188/2018 – CEE/PB – Ensino Fundamental e Médio na Modalidade de Jovens e Adultos, tendo como código do INEP 25129791. Torna pública a sua relação parcial de alunos concluintes do Ensino Médio, e Fundamental II, EJA no ano de 2019:

APARECIDA DAS GRAÇAS DINIZ; CLAUDIER VIEIRA; CRISTIANO DA SILVA DUARTE; DANIEL ESTEVÃO ROMÃO; DOUGLAS PRUDENTE DE LIMA; ELAINE FERREIRA VIUDES; ELISA MARIA MOTA DE SOUSA; ERNESTO MATEUS SANTOS GOMES; FABIO VIDAL IGNACIO; GABRIELA MORAIS BLOS; GISELE FERREIRA DA CRUZ RAMOS; JACK MICHAEL DOUGLAS DE SOUZA; JADSON PEREIRA DOS SANTOS; JARDLA DA SILVA OLIVEIRA; JESIEL WESLEY RIBEIRO; JESSICA PATRICIA NUNES MIRANDA; JOÃO PAULO FERREIRA; JOAO VITOR SANTOS MIRANDA; JOYCE DE SOUZA LIMA; LIDIANE FERREIRA DA SILVA; MARCOS VINICIUS GOMES; MATHEUS COSME DA COSTA MACHADO; OGIIVAN DA SILVA OLIVEIRA; PAOLA ELISARIOLIVEIRA; RAYANE DE OLIVEIRA CALADO; ROBSON CASTRO DA SILVA; ROSÂNGELA CORREIA NUNES; ROSELI APARECIDA DOS SANTOS; ROSEMEIRE DE OLIVEIRA DIAS; SARA YUKO KITAOKA; SIDNEY ARAUJO NEVES; SILVANA CRISTINA AMANCIO DA CRUZ; TAINÁ DA SILVA; THIAGO BASIOTTE DA SILVA VALDEBERTO CANDIDO MARINHO; VIVIANE SANTOS DE OLIVEIRA; WALTER DONIZETI DOS SANTOS; YANDRA KARLLA DA SILVA